

DEBATES

DEPOIS QUE O PLEBISCITO PASSOU

*Lúcio Flávio Pinto*¹

Com a rejeição de mais de dois terços do eleitorado paraense à consulta plebiscitária sobre a divisão do Estado, feita em 11 de dezembro de 2011, pode parecer que a questão territorial está encerrada: Tapajós e Carajás, nunca mais; ninguém divide o Pará. Ledo engano.

Uma análise mais atenta dos resultados, tanto os quantitativos quanto os qualitativos, dissolve a interpretação dominante de que o Pará vai permanecer como está por muito tempo. O Estado que saiu da votação está polarizado. Se a esmagadora maioria da população se opôs aos projetos de emancipação, isto significa que, ao se manifestar de forma tão vigorosa, derrotando a iniciativa dos separatistas, a região metropolitana de Belém se isolou. Mais do que nunca, sua influência sobre as áreas do Sul e do Oeste do Pará se reduziu.

Qualquer pessoa medianamente informada sabia que os dois projetos eram inviáveis desde o nascedouro. A explicação é demográfica e aritmética: a parte tradicional do Estado, que gravita em torno da capital, não quer perder aquilo que considera seu estoque de recursos naturais para sacar no futuro.

Não se trata de um almoxarifado imóvel e protegido. Pelo contrário: ele vem sendo usado, corroído e dilapidado. É imenso o volume de minérios, madeira, solo e floresta já extraídos. Mesmo assim, o Pará continua a ser um dos Estados mais pobres da federação. Os moradores do Sul e do Oeste acham que é por causa da má gestão – feita à distância, física e mental – pela capital. Já os paraenses tradicionais acreditam que esse desvio de rendimento deve-se à intensa migração. Mesmo havendo mais recursos, há sempre mais gente querendo participar da partilha. Não chega para todos.

Como dois terços da população paraense não pertence às fronteiras econômicas do Estado, era impossível que a divisão do Pará atual em duas novas unidades federativas prosperasse, independentemente do conteúdo das propostas (e ainda mais porque o *marketing* da campanha, foi comandado por um

1 Jornalista e Sociólogo – Editor do Jornal Pessoal.

adventício, o publicitário Duda Mendonça, que chegou tardiamente e se foi prematuramente).

Por que então os políticos de Carajás e do Tapajós se lançaram à arena da disputa? Porque nada tinham a perder. A campanha seria financiada por recursos públicos e privados, declarados ou não. Os líderes do movimento ganhariam exposição de massa, se antecipando à temporada eleitoral deste ano. E, além de galvanizarem apoios para si, lançariam uma mensagem para ecoar em mais longo prazo: a separação de fato, mesmo que não de direito, entre as três áreas. Criaram um ambiente propício aos radicalismos, intensos ainda que vazios, sem fundamentação. Por isso mesmo, eventualmente violentos. O trânsito das lideranças pelo território paraense sofrerá bloqueios na corrida pelos cargos municipais, o que significará um risco de divisão deletéria, por razões meramente politiquieras, a serviço de interesses menos nobres, quando não totalmente espúrios.

Qual o antídoto para essa situação? Mudar de fato a espinha dorsal do Estado, suas instituições, políticas, projetos. Descentralizar para valer a administração e espraiar as fontes de poder. Desarmar os espíritos manipulados pela retórica da campanha de emancipação, que, mesmo se baseando em motivações reais e legítimas, foi oportunista na apresentação da sua viabilidade.

Já que o povo foi iludido e continua iludido, o governo do Estado devia dar-lhe motivos para acreditar que seus anseios e reivindicações serão considerados e atendidos. Para que assim o Pará pudesse encarar os seus problemas reais e vitais de frente e sem ilusões. Essa possibilidade existe em tese. Mas sob o atual governo, é quimera. O Pará vai continuar a ser uma promessa, um futuro que se desmancha no ar.